

Alerta Legislação nº 40, de 01 a 06 out. 2018
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
05/10/2018	<u>LEI Nº 13.725, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", e revoga dispositivo da Lei nº 5.584, de 26 de junho de 1970, que "dispõe sobre normas de Direito Processual do Trabalho, altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, disciplina a concessão e prestação de assistência judiciária na Justiça do Trabalho, e dá outras providências". <u>LEI Nº 13.724, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Institui o Programa Bicicleta Brasil (PBB) para incentivar o uso da bicicleta visando à melhoria das condições de mobilidade urbana. <u>LEI Nº 13.723, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 (*). (*) <i>Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</i> <u>LEI Nº 13.722, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil.
04/10/2018	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 854, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a antecipação do pagamento dos honorários periciais nas ações em que o Instituto Nacional do Seguro Social seja parte e que tramitem nos Juizados Especiais Federais.
03/10/2018	<u>LEI Nº 13.721, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018</u> Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que

	envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência. <u>DECRETO Nº 9.519, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018</u> Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social da Rio Bravo Investimentos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda
02/10/2018	<u>DECRETO Nº 9.517, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> Institui o Comitê para Implementação do Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco. <u>DECRETO Nº 9.516, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> Promulga o Protocolo para Eliminar o Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco, de 12 de novembro de 2012.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 54, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Fica incorporado ao ordenamento jurídico nacional o Padrão MERCOSUL para Credenciamento de Laboratórios de Análises de Sementes e Habilitação de Amostradores, aprovado pela Resolução MERCOSUL/GMC/RES Nº 24/17, na forma do Anexo a esta Instrução Normativa. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> (*) (...) Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo desta Instrução Normativa, a lista de Pragas Quarentenárias Presentes (PQP) para o Brasil. (...) <i>(*) Republicada por ter saído, do DOU nº190, de 02-10-2018, Seção 1, pág. 14, com o texto da tabela incompleto</i> <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 39, DE 1 DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo desta Instrução Normativa, a lista de Pragas Quarentenárias Ausentes (PQA) para o Brasil. (...)
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.024, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Define as diretrizes do apoio financeiro por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola às unidades escolares pertencentes às Secretarias participantes do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, e às unidades escolares participantes da avaliação de impacto do

	Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, instituída pela Portaria MEC nº 1.023, de 4 de outubro de 2018. <u>PORTARIA Nº 1.023, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Estabelece diretrizes, parâmetros e critérios para a realização de avaliação de impacto do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI e seleção de novas unidades escolares para o Programa. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) <u>RESOLUÇÃO Nº 3, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a sistematização e consolidação do modelo de verificação de qualidade e cálculo de multas por não conformidades físicas de materiais didáticos, a serem aplicados nos contratos administrativos de execução dos programas e projetos educacionais, contratados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Ministério da Fazenda (MF)	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) <u>RESOLUÇÃO Nº 8, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Autoriza unidades federadas a publicar relação de atos normativos e efetuar o registro e o depósito da documentação comprobatória, conforme o disposto nos parágrafos únicos das cláusulas terceira e quarta do Convênio ICMS 190/17. → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 52, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Altera o Ato COTEPE/ICMS 13/14, que aprova o Manual de Instruções de que trata a cláusula décima quinta do Convênio ICMS 54/02 e a da cláusula quinta, do Protocolo ICMS 04/14, que estabelece procedimentos para o controle de operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico anidro combustível - AEAC, biodiesel - B100 e gás liquefeito derivado de gás natural - GLGN.
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 45, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK", industrializado na Zona Franca de Manaus. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 44, DE 28 SETEMBRO DE</u>

	<u>2018</u> Altera o Processo Produtivo Básico para o produto MÁQUINA AUTOMÁTICA PARA PROCESSAMENTO DE DADOS DIGITAL, PORTÁTIL (NCM: 8471.30.12 e 8471.30.19) - "NETBOOK, NOTEBOOK e ULTRABOOK", industrializado no País.
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.326, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Aprova Adesão de Municípios à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.695, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a fabricação, comercialização e a distribuição de todos os lotes dos produtos descritos no ANEXO desta Resolução. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.687, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SABONETE LÍQUIDO PEROLADO NEUTRO LIMPBRAS, fabricado pela empresa ÁGAPE DOMISSANITÁRIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 11.155.943/0001-00, localizada na Avenida Beira Rio, 320, Sítio Boa Vista, Dist. Industrial Simão da Cunha, Santa Luzia - MG, CEP 33040-260. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.674, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da importação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SUPER LIMPADOR SUPERCLEAN CONCENTRADO, marca SKANIA, importado e comercializado pela empresa INDUSPARQUET INDÚSTRIA e COMÉRCIO de MADEIRAS LTDA, CNPJ nº 72.459.373/0001-36, localizada na Rodovia SP 127, S/N, Km 75,5, Bairro Ponte Alta, Tietê/SP, CEP: 18.530-000 (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.673, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos cosméticos manteiga corporal, máscara facial de argila rosa, repelente, tônico facial, máscara facial de argila verde, creme facial, desodorante em spray, desodorante em creme e esfoliante de café, fabricado por empresa desconhecida e comercializados no sítio eletrônico w w w. raizprodutos.com.br (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.672, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u>

	(...) Art. 1º Alterar o art. 1º da Resolução-RE nº 3.253, de 8 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União em 11 de dezembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos CLINOX (produzidos antes de 14/02/2018) e ECOSOLV (produzidos antes de 06/09/2017), por terem sido fabricados, distribuídos e comercializados sem registro ou notificação na Anvisa até as datas supracitadas, pela empresa BONDMANN QUÍMICA LTDA, CNPJ 94.984.796/0001-08". (NR) (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 21, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018</u> Aprova as Diretrizes Brasileiras para o Tratamento de Fratura do Colo do Fêmur em Idosos.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 26, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018</u> Regulamenta a Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 898, de 11 de setembro de 2018, que alterou a Resolução do Conselho Curador do FGTS nº 887, de 15 de maio de 2018, para autorizar a contratação de operações de crédito, no âmbito dos programas Pró-Moradia, Saneamento para Todos e Pró-Transporte, para a conclusão de empreendimentos financiados com recursos de transferências obrigatórias a que se refere a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 (*), contratados até 30 de junho de 2017. <i>(*) Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH nos exercícios de 2007 e 2008.</i>
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> (...) Art. 1º Acrescentar à lista do ANEXO da Instrução Normativa Ibama nº 3, de 15 de julho de 2016, as especificações técnicas complementares a serem observadas para fins de registro emergencial de produtos herbicidas destinados ao controle de espécies vegetais exóticas invasoras em áreas legalmente protegidas, na forma indicada no ANEXO desta Instrução Normativa. (...) INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>ATO JUSTIFICADOR Nº 1, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018</u> Ato justificador da conveniência da outorga de concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza. Objeto: Concessão de serviços de apoio à visitação, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza; Área: Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros; Prazo: 20 Anos. <u>PORTARIA Nº 831, DE 28 DE SETEMBRO DE 2018</u> Atualizar a tabela de cobrança de ingressos de acesso às unidades de

	conservação federais, conforme anexos. (Processo nº 02070.006235/2018-44)
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA (CFF) <u>RESOLUÇÃO Nº 658, DE 27 DE SETEMBRO DE 2018</u> Regulamenta a publicidade, a propaganda ou o anúncio das atividades profissionais do farmacêutico.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
05/10/2018	<u>DECRETO Nº 63.740, DE 4 DE OUTUBRO DE 2018</u> Dispõe sobre a fixação de valor máximo anual para fins de pagamento das Bonificações por Resultados - BR, instituídas pelas Leis Complementares nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008 , nº 1.079, de 17 de dezembro de 2008 , nº 1.086, de 18 de fevereiro de 2009 , nº 1.121, de 30 de junho de 2010 , e nº 1.245, de 27 de junho de 2014 , para o período correspondente ao exercício de 2018
04/10/2018	<u>DECRETO Nº 63.739, DE 3 DE OUTUBRO DE 2018</u> Altera o dispositivo que especifica do Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009 , que regulamenta a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009 , que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual, e dá providências correlatas
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 110, DE 5-10-2018</u> Dispõe sobre a aplicação das multas previstas nas Leis federais 8.666/93 e 10.520/02 e na Lei estadual 6.544/89 , no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária referente a prestação de serviços contínuos de bloqueio de sinais de radiocomunicações <u>RESOLUÇÃO SAP-106, DE 14-9-2018 (REPUBLICADO)</u> Reedita com alterações, a Resolução SAP 105, de 08-07-2016(*), alterada pela Resolução SAP 56, de 20-04-2017 e dá providências correlatas (*) <i>Procedimentos administrativos visando a concessão do porte de arma de fogo que constará da Carteira de Identidade Funcional (...)</i>

Desenvolvimento o Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>PORTARIA DA DIRETORA SUPERINTENDENTE, DE 04-10-2018</u> Estabelece normas para a concessão de isenção ou redução do pagamento da taxa de inscrição para o Processo Seletivo Vestibular – 1º Semestre de 2019, das Faculdades de Tecnologia
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 107, DE 04-10-2018</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de entrega, por meio eletrônico, das informações necessárias ao acompanhamento da evolução patrimonial a que se refere o inciso X do artigo 3º da Lei Complementar 1.281, de 14-01-2016, revogando a Resolução SF 90, de 19-10-2017 e a Resolução SF 112, de 11-12-2017 <u>RESOLUÇÃO SF 106, DE 02-10-2018</u> Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paul <u>RESOLUÇÃO SF/APE 553, DE 20-09-2018</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 677 da Assessoria de Política Econômica de 20-09-2018, que fazem parte integrante desta Resolução. <u>RESOLUÇÃO SF/APE 552, DE 20-09-2018</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03
Planejamento e Gestão (SPG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) COMUNICADO (SEÇÃO II) COMUNICADO DPME Nº 247, DE 27/09/2018 Solicitação de enquadramento de licença para tratamento de saúde em acidente de trabalho A Diretora Técnica de Saúde III, do Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, no uso das competências que lhe são atribuídas, comunica que: São requisitos básicos para enquadramento de licença para tratamento de saúde em acidente de trabalho, a instauração de procedimento próprio conforme prevê o artigo 196 da Lei nº 10.261/68. Após a realização do procedimento deve ser encaminhado a este Departamento relatório sucinto (em duas vias), contendo obrigatoriamente: I – formulário para requerimento de enquadramento da licença para tratamento de saúde como decorrente de acidente de trabalho (típico ou de trajeto), doença profissional ou do trabalho, devidamente preenchido e assinado pelo servidor, conforme modelo disponível no site www.planejamento.sp.gov.br > Perícia Médica – DPME > Acidente de Trabalho > Guias Formulários e Manuais; II - cópia de declarações do servidor e de testemunhas devidamente qualificadas e identificadas; III - formulário de Notificação de Acidente de Trabalho – NAT, conforme modelo disponível no site www.planejamento.sp.gov.br > Perícia Médica – DPME > Acidente de Trabalho > Guias Formulários e

	Manuais;. Obs.: Quando se tratar de acidente biológico, devem constar ainda as providências adotadas, por ocasião do mesmo, incluindo-se os exames laboratoriais complementares. No despacho de encaminhamento do procedimento para constatação de acidente de trabalho (típico ou de trajeto), doença profissional ou do trabalho, ao DPME deverá constar a data da publicação das licenças para tratamento de saúde a serem enquadradas. Para a análise do pedido de enquadramento da licença para tratamento de saúde decorrente de acidente de trabalho (típico ou de trajeto), doença profissional ou do trabalho, o DPME poderá solicitar outros documentos que sejam considerados necessários para sua caracterização. Outras informações sobre acidente de trabalho acham-se disponíveis no <i>site</i> do DPME, pelo endereço: www.planejamento.sp.gov.br > Perícia Médica – DPME > Acidente de Trabalho ou pelo e-mail: periciasacidentedetrabalho@sp.gov.br O servidor que necessitar manter-se em licença para tratamento de saúde em decorrência de acidente de trabalho (típico ou de trajeto), doença profissional ou do trabalho, deve requerer o enquadramento das licenças subsequentes, modelo disponível no <i>site</i> www.planejamento.sp.gov.br > Perícia Médica – DPME > Acidente de Trabalho > Guias Formulários e Manuais. DOE, Seção II, 02/10/2018, p. 3
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE - 37, DE 2-10-2018</u> Distribui competência para fins de cumprimento de cartas precatórias expedidas pela Procuradoria de Procedimentos Disciplinares
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (DAEE) <u>PORTARIA DAEE - 5579 DE 5-10-2018</u> Dispõe sobre procedimentos relativos à declaração periódica de medições de volumes relacionados a usos e interferências de recursos hídricos superficiais e subterrâneos de domínio do Estado de São Paulo
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-102, DE 2-10-2018</u> Estabelece normas e atribuições para coleta de material biológico (amostras questionadas, de referência doadas voluntariamente e de referência compulsórias) para identificação humana pelo DNA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA <u>PORTARIA SPTC-203, DE 4-10-2018</u> Estabelece parâmetros técnicos da coleta e análise de DNA em âmbito criminal, em complementação ao disposto na Resolução SSP-102, de 2-10-2018 (*) <i>(*) Estabelece normas e atribuições para coleta de material biológico (amostras questionadas, de referência doadas voluntariamente e de referência compulsórias) para identificação humana pelo DNA</i>

Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
05/10/2018	TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL COMUNICADO SDG nº 032/2018 A SECRETARIA-DIRETORIA GERAL torna público o volume de processos julgados no 3º TRIMESTRE do corrente exercício, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular. SDG, em 04 de outubro de 2018. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DOE, Legislativo, 05/10/2018, p. 3
04/10/2018	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 618, DE 2018</u> Declara como patrimônio cultural imaterial do Estado de São Paulo a técnica tradicional de construção caracterizada pelo uso de argamassas cimentícias decorativas em paredes e fachadas, popularmente conhecidas como "pedra fingida". DOE, Legislativo, 04/10/2018, p. 1
03/10/2018	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 53, DE 2018</u> Altera a Lei complementar nº 432, de 18 de dezembro de 1985 , para assegurar a manutenção do direito do adicional de insalubridade ao servidor afastado por licença maternidade, licença paternidade e por readaptação temporária e/ou definitiva. DOE, Legislativo, 03/10/2018, p. 1
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
03/10/2018	<u>DECRETO Nº 58.454, DE 2 DE OUTUBRO DE 2018</u> Cria o Grupo Gestor Intersetorial de Políticas Públicas para o Envelhecimento, vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.
02/10/2018	<u>DECRETO Nº 58.449, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> Introduz alterações no Decreto nº 58.093, de 20 de fevereiro de 2018 , que dispõe sobre princípios, normas de governança e de gestão a serem observados pelas empresas públicas, sociedades de economia mista, e respectivas subsidiárias das quais o Município de São Paulo detenha o controle, aplicando-se no que couber às autarquias, fundações públicas e serviços sociais autônomos. <u>DECRETO Nº 58.447, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018</u> Regulamenta a Lei nº 16.574, de 18 de novembro de 2016 , que dispõe sobre a utilização de softwares livres em computadores

utilizados pelos órgãos e entidades a Administração Direta e Indireta.

DECRETO Nº 58.446, DE 1º DE OUTUBRO DE 2018

Dispõe sobre a criação de centro de educação infantil.

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação Infantil Tamoio, localizado na Rua Jardim Tamoio, nº 1511, Conjunto Residencial José Bonifácio, vinculado à Diretoria Regional de Educação Itaquera, da Secretaria Municipal de Educação.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor solicitar cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107